

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CARUANA S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (CARUANA), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Cenário: O exercício de 2020 foi marcado pela intensa retração econômica ocasionada pela Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), em especial o primeiro semestre. O Governo, de forma geral, e o Banco Central do Brasil, de forma especial, continuam buscando e identificando alternativas e condições que permitam à Sociedade de maneira mais abrangente, retomar as atividades e a normalidade. Neste contexto, foram editadas normativas protetoras e postergadoras de efeitos em alguns casos, no sentido maior de permitir às empresas condições especiais para salvaguardar seus negócios, incentivando a concessão de crédito pelos agentes financeiros e a maior participação do Sistema. O setor de mobilidade urbana, assim como diversos outros setores, foi fortemente impactado pela restrição da circulação de pessoas, levando à redução na quantidade total de passageiros transportados por quilômetro (IPKe) e impactando negativamente na produção total de chassis e carrocerias, conforme dados divulgados pelas entidades do setor. Por se tratar de setor essencial para a retomada da atividade econômica, a mobilidade urbana tende a apresentar processo acelerado de recuperação. Importante observar, também, que mesmo tratando-se de serviço prestado por entidades privadas, estes apresentam a responsabilidade subsidiária (não solidária) do Estado, ou seja, em outras palavras e em última análise, nos casos de insolvência do concessionário há a responsabilidade subsidiária do poder concedente. Para o exercício de 2021 acreditamos na recuperação gradual do setor e da economia, com redução dos índices de desemprego. Diante do cenário exposto acima e visando combater os possíveis impactos ocasionados pela Pandemia do

Coronavírus (Covid-19), a CARUANA recebeu substancial aporte de capital por parte de seu acionista e implementou programa de Home Office a todos os seus colaboradores, não tendo sido identificado qualquer impacto para o bom desempenho de suas obrigações.

Resultados: A CARUANA encerrou o exercício de 2020 com um total de ativos de R\$ 790.046 mil (R\$ 745.983 mil, em 31 de dezembro de 2019), dos quais as operações de crédito representam R\$ 660.023 mil (R\$ 634.640 mil, em 31 de dezembro de 2019), indicando aumento de 4,0% no período. O lucro líquido no segundo semestre de 2020 foi de R\$ 16.643 mil (contra prejuízo de R\$ 33.240 mil no primeiro semestre) e o Patrimônio Líquido encerrou o exercício em R\$ 113.677 mil. Frente ao desafiador cenário imposto pela Pandemia do Coronavírus (Covid-19), especialmente no primeiro semestre de 2020, a CARUANA optou pelo cenário de maior prudência, incrementando suas provisões para créditos de liquidação duvidosa e seu Patrimônio Líquido (este último por meio de aporte de capital feito por seu acionista controlador). Seguindo seu planejamento estratégico, a CARUANA tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, tendo atingido um crescimento de 4,5% no exercício (R\$ 8.555 mil em 2020 contra R\$ 8.190 mil em 2019). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de serviços de meio de pagamento, direcionados ao setor de transporte de passageiros. O Patrimônio de Referência representou 15,93% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apresentando ampla folga em relação ao mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (9,25%). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Instituição.

Destaque: A CARUANA manteve no exercício de 2020 sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, mesmo

diante do cenário desafiador traçado para a economia global, imposto pela Pandemia da Covid-19, demonstrando estabilidade financeira e em suas estruturas operacionais. A Companhia continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com as principais bandeiras do mercado. Vislumbrando situações vindouras, a CARUANA, com o objetivo de proteger suas posições ativas e passivas quanto a eventuais riscos de oscilações de taxas e preços, aumentou expressivamente suas captações de recursos atreladas à taxas pré-fixadas e efetuou operações de "hedge" como forma de aperfeiçoamento à sua estrutura de gestão de riscos. Também, visando aumentar a segurança de sua carteira de empréstimo e financiamento e facilitar o acesso ao crédito de empresas de pequeno e médio porte, a Companhia se habilitou junto ao BNDES no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), conforme Medida Provisória nº 975 de 1º de junho de 2020, e configurou-se como a primeira Instituição (não repassadora do BNDES) a operar com a garantia do FGI – Fundo Garantidor para Investimento. A CARUANA segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

Agradecemos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha da CARUANA, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Companhia.

São Paulo, 29 de março de 2021.

A Administração

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	2020		2019		Passivo	2020		2019	
	Nota					Nota			
Circulante		366.313	392.426		Circulante		133.482	290.139	
Disponibilidades	4	602	5.609		Instrumentos Financeiros		119.638	271.675	
Instrumentos Financeiros		304.786	362.591		Depósitos		55.855	49.339	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	32.431	36.861		Depósitos a prazo	10	46.913	24.599	
Títulos e valores mobiliários	6	10.054	9.818		Outros depósitos		8.942	24.740	
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10.054	9.818		Recursos de aceites cambiais	10	63.783	222.336	
Relações Interfinanceiras		2.596	-		Recursos de aceites cambiais		63.425	222.336	
Operações de crédito	7	258.284	312.783		Recursos de aceites letras imobiliárias		358	-	
Setor privado – Empréstimos		216.363	264.161		Relações interfinanceiras		2.274	2.828	
Setor privado – Financiamentos		87.617	99.729		Transações de pagamento		2.274	2.828	
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(45.696)	(51.107)		Outras obrigações		11.570	15.636	
Outros créditos		1.421	3.129		Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		21	345	
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7	626	820		Fiscais e previdenciárias	11a	6.494	9.902	
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7 e 9	(619)	(505)		Diversas	11c	5.055	5.389	
Diversos		1.414	2.814		Não Circulante		542.887	354.370	
Outros valores e bens		60.925	24.226		Instrumentos Financeiros		520.683	333.682	
Outros valores e bens		58.522	22.230		Depósitos	10	235.486	51.466	
(-) Provisão para desvalorização		(5.493)	(2.856)		Depósitos a prazo		235.486	51.466	
Despesas antecipadas		7.896	4.784		Recursos de aceites cambiais	10	285.145	282.216	
Material em estoque		-	68		Recursos de aceites cambiais		282.963	282.216	
Não Circulante		423.733	353.557		Recursos de aceites letras imobiliárias		2.182	-	
Instrumentos Financeiros		356.676	311.392		Instrumento financeiro derivativos		52	-	
Títulos e valores mobiliários	6	26.930	47.846		Operações de swap		52	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez		26.930	47.846		Outras obrigações		22.204	20.688	
Operações de crédito	7	329.746	263.546		Provisão para riscos	11c	1.685	830	
Setor privado – Empréstimos		241.149	178.324		Dívidas subordinadas	11b	20.519	19.858	
Setor privado – Financiamentos		114.268	91.606		Patrimônio líquido		113.677	101.474	
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(25.671)	(6.384)		Domiciliados no País	13	123.379	90.074	
Outros valores e bens		7.536	4.324		Aumento de Capital		-	4.505	
Despesas antecipadas		7.536	4.324		Reservas de lucros		-	6.895	
Créditos tributários		55.455	34.198		Prejuízo Acumulado		(9.702)	-	
Investimentos		408	340		Total do Passivo e Patrimônio Líquido		790.046	745.983	
Outros Investimentos		408	340						
Imobilizado de uso		939	906						
Outras imobilizações de uso		3.192	2.932						
(-) Depreciações acumuladas		(2.253)	(2.026)						
Intangível		2.719	2.397						
Ativos intangíveis		6.216	4.918						
(-) Amortização acumulada		(3.497)	(2.521)						
Total do Ativo		790.046	745.983						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social		Reservas de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
		Capital	Aumento	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		64.654	4.420	2.489	15.087	-	86.650
Aumento de capital		25.420	85	-	-	-	25.505
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	-	6.548	6.548
Dividendos Distribuídos	13c	-	-	-	(11.929)	-	(11.929)
Destinações:							
Reserva legal	13b	-	-	327	-	(327)	-
Reserva especial de lucros		-	-	-	921	(921)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(5.300)	(5.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		90.074	4.505	2.816	4.079	-	101.474
Aumento de capital	13a	33.305	(4.505)	-	-	-	28.800
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(16.597)	(16.597)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	(2.816)	-	2.816	-
Reserva especial de lucros		-	-	-	(4.079)	4.079	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(5.300)	(5.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		123.379	19.800	2.816	4.079	(9.702)	113.677
Saldos em 30 de junho de 2020		103.579	19.800	2.816	4.079	(33.240)	97.034
Aumento de capital	13a	19.800	(19.800)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	16.643	16.643
Destinações:							
Reserva legal		-	-	(2.816)	-	2.816	-
Reserva especial de lucros		-	-	-	(4.079)	4.079	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		123.379	19.800	2.816	4.079	(9.702)	113.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Semestre		Exercício			Semestre		Exercício	
	2020	2020	2020	2019		2020	2020	2019	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					(Redução) em recursos de aceites cambiais	(95.090)	(155.624)	(16.570)	
Lucro líquido ajustado do semestre	23.064	47.649	56.373		Aumento em dívidas subordinadas	240	661	2.381	
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre e exercício	16.643	(16.597)	6.548		Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras – Passivo	1.249	(554)	(128)	
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	6.421	64.246	49.825		Aumento em Instrumentos Financeiros derivativos	47	53	-	
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(7.354)	70.500	48.528		IRPJ e CSLL pagos	(2.183)	(4.841)	(2.456)	
Depreciações e amortizações	624	1.202	1.062		Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	124	(32.181)	(3.194)	
Provisão/(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	1.178	2.637	(1.420)		Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Impostos diferidos e correntes	11.420	(10.690)	1.503		Aquisição de ações	(40)	(68)	(14)	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	553	597	152		Aquisição de imobilizado	(250)	(259)	(54)	
Variação de ativos e passivos operacionais	(22.940)	(79.830)	(59.567)		Aquisição de Intangível	(1.083)	(1.299)	(1.135)	
Redução aplicações interfinanceiras de liquidez	21.570	4.431	23.806		Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(1.373)	(1.626)	(1.203)	
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(232)	20.680	(35.197)		Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
(Aumento) em Relações interfinanceiras – Ativo	(2.596)	(2.596)	-		Aumento de capital	-	28.800	21.000	
(Aumento) em operações de crédito	(91.152)	(82.202)	(612)		Dividendos Pagos	-	-	(11.929)	
Redução em outros créditos	4.381	3.892	561		Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	-	28.800	9.071	
(Aumento) em outros valores e bens	(14.583)	(42.549)	(1.602)		Caixa e equivalentes de caixa				
(Redução) em outras obrigações	(1.887)	(11.718)	(17.560)		Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	1.851	5.609	935	
Aumento/(Redução) em depósitos a prazo	152.865	206.334	(17.365)		Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre e exercício	602	602	5.609	
Aumento/(Redução) em outros depósitos	4.431	(15.797)	5.175		(Redução) e aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.249)	(5.007)	4.674	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro/(prejuízo) líquido por lote de mil ações)

	2º Semestre		Exercício	
	2020	2020	2020	2019
Receitas de intermediação financeira	56.709	115.745	144.037	
Operações de crédito	7h e 8b	56.004	113.562	138.040
Resultado de Operações Com Títulos e Valores Mobiliários	6	391	1.220	2.223
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	314	963	3.774
Despesas de intermediação financeira	(8.065)	(103.051)	(101.109)	
Operações de captação no mercado	10	(15.419)	(32.551)	(52.581)
(-) Reversões/(Provisões) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7f	7.354	(70.500)	(48.528)
Resultado bruto da intermediação financeira	48.644	12.694	42.928	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(18.832)	(36.422)	(34.930)	
Receitas de prestação de serviços	14	4.682	8.555	8.190
Despesas de pessoal		(2.696)	(6.240)	(6.762)
Outras despesas administrativas	16	(18.081)	(33	

... continuação

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; m) CPC 41 – Resultado por ação – Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº 3.959/19; n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2021. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicável. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 (parcialmente revogada) e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial do semestre estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Não houve resultados não recorrentes no ano de 2020 e 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 4.720/19 BACEN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “Títulos para negociação” e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge accounting” são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. A Caruana visando a proteção de suas posições ativas e passivas quanto a eventuais riscos de oscilações de taxas e preços, recentemente iniciou a realização de operações de “hedge” como forma de aperfeiçoamento à sua gestão de riscos. A Instituição negociou em junho de 2020, contrato de “swap” CETIP x PRE no montante de R\$ 3.000. Em 31/12/2020 o saldo da parte ativa do swap é de R\$ 3.044 e parte passiva de R\$ 3.096, gerando um ajuste a valor de mercado negativo no resultado do exercício no montante de R\$ 52. **e) Operações de crédito e perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7.e. **f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indi-

car deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e, para 31 de dezembro de 2020 a Sociedade registrou uma provisão de R\$ 5.493 (R\$ 2.856 em 2019) para fazer face à desvalorização de Bens Não de Uso Próprio. **g) Imobilizado e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **h) Depósitos e letras cambiais:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. **i) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinação da Lei 13.169/2015 do artigo 1º. A partir de 01 de janeiro de 2019 passa a vigorar a alíquota de 15% para a tributação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 a alíquota da CSLL passará de 15% para 20% conforme medida provisória 1034/2021. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resolução nº 4.842/20 do BACEN. **j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e pronunciamento técnico CPC25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. Provisões e passivos contingentes – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k) Lucro (prejuízo) por ação:** O prejuízo líquido por lote de mil ações em 2020 foi de (R\$ 217,57) (lucro por ação de R\$ 133,05 em 2019) Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro líquido/(prejuízo) por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período – número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período). **l) Outros valores e bens:** Recuperações de bens em garantias de operações de crédito em atraso, veículos no montante de R\$ 36.023 e imóveis no montante de R\$ 22.500, totalizando R\$ 58.523.

4. Caixa e equivalentes de caixa – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2020	2019
Disponibilidades	602	4.339
Cotas de Fundos de Investimento Carteira livre (Nota 6)	–	1.270
Total	602	5.609

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2020	2019
Vencimento até 30 dias		
Revenda a Liquidar-Posição Bancada (LTN)	–	34.201
CDI – BRADESCO	–	2.660
Revenda a Liquidar-Posição Bancada (LFT)	32.431	–
Total	32.431	36.861

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 963 (R\$ 3.774 em 2019).

6. Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Títulos para negociação		
Cotas de Fundos de Investimento Carteira livre	–	1.270
Títulos Públicos – LFT	2020	–
Títulos Públicos – LFT	2021	10.059 (5) 10.054
Títulos Públicos – LFT	2023	5.808 (14) 5.794
Títulos Públicos – LFT	2024	21.220 (84) 21.136
Vinculados a prestação de garantias	2020	–
Total	37.087 (103) 36.984	58.934

As cotas dos fundos de investimentos são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota divulgada pelo Administrador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.220 (R\$ 2.223 em 2019).

7. Operações de crédito – a) Composição das operações de crédito

	2020	2019
Operações de crédito		
Desconto de Títulos	23.303	5.698
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	201.885	191.336
Cartão de Crédito	7.034	5.777
Capital de Giro	404.500	425.344
Conta Garantida	22.675	5.665
	659.397	633.820
Outros Créditos	626	820
Títulos e créditos a receber (Nota 7g e 9)	626	820
Total das operações de crédito	660.023	634.640

Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito (71.367) (57.491)

Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos (Nota 9) (120) (6)

Total das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (71.487) (57.497)

Total de operações de crédito 588.536 577.143

Circulante 258.790 313.597

Não circulante 329.746 263.546

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2020	2019
Comércio	1.658	1.455
Pessoas físicas	10.457	9.903
Serviços	647.908	623.282
Total	660.023	634.640

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

	2020	2019
Vencidos		
Até 30 dias	2.022	3.248
31 a 60 dias	33.578	36.525
61 a 90 dias	16.413	949
Acima de 90 dias	32.271	73.188
SubTotal	84.284	113.910
A vencer		
Até 3 meses	94.448	85.371
3 a 12 meses	154.235	165.429
1 a 3 anos	270.761	200.329
3 a 5 anos	84.888	62.477
5 a 15 anos	1.407	7.124
SubTotal	575.739	520.730
Total	660.023	634.640

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2020		2019	
	Valor	% sobre Carteira	Valor	% sobre PL
10 maiores	166.986	25,30	146,90	
50 maiores	349.876	53,01	307,78	
100 maiores	131.987	20,00	116,11	
Demais emitentes/clientes	11.174	1,69	9,83	
Total	660.023	100,00	–	–

e) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN

	2020		2019	
Níveis	% perda esperada	Curso normal	Valor total	Perda esperada
A	0,50	262.093	–	262.093 (1.310)
B	1,00	121.544	2.022	123.566 (1.236)
C	3,00	121.193	33.578	154.771 (4.643)
D	10,00	21.443	16.413	37.856 (3.786)
E	30,00	24.128	206	24.334 (7.300)
F	50,00	15	6.247	6.262 (3.131)
G	70,00	1.532	1.967	3.499 (2.439)
H	100,00	23.791	23.851	47.642 (47.642)
Total	–	575.739	84.284	660.023 (71.487)

	2020		2019	
Níveis	% perda esperada	Curso normal	Valor total	Perda esperada
A	0,50	310.611	–	310.611 (1.552)
B	1,00	57.801	3.248	61.049 (610)
C	3,00	107.633	36.525	144.158 (4.325)
D	10,00	38.377	949	39.326 (3.933)
E	30,00	3	11.562	11.565 (3.470)
F	50,00	5.225	31.041	36.266 (18.133)
G	70,00	912	19.725	20.637 (14.446)
H	100,00	168	10.860	11.028 (11.028)
Total	–	520.730	113.910	634.640 (57.497)

f) A perda esperada apresentou a seguinte movimentação no semestre e nos exercícios:

	2º Semestre		Exercício	
	2020	2020	2020	2019
Saldo inicial	110.731	57.497	28.647	
Constituição	20.495	116.525	51.781	
Reversão	(27.849)	(46.025)	(3.253)	
Baixas de créditos contra prejuízo	(31.890)	(56.510)	(19.678)	
Saldo final	71.487	71.487	57.497	

A perda esperada é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Operações com cartões de crédito: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim representadas:

	2020	2019
Ativo		
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	626	820
Total	626	820
Passivo		
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão (Nota 11c)	(310)	(342)
Total	(310)	(342)
Saldo líquido	316	478

h) Resultado das operações de crédito

	2º Semestre		Exercício	
	2020	2020	2020	2019
Rendas de empréstimos				
Capital de giro	33.937	69.152	80.240	
Cartão de crédito	3.023	5.668	3.909	
Conta garantida	1.228	2.156	1.262	
Rendas de desconto de títulos				
Desconto de títulos	913	1.548	2.971	
Rendas de financiamentos				
Crédito direto ao consumidor (CDC)	16.036	33.881	47.042	
Total	55.137	112.410	135.424	

8. Créditos renegociados e recuperados de prejuízo

a) Renegociados:

	2020	2019
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	42.822	18.902
Capital de Giro	196.679	198.441
Total	239.501	217.343

b) Recuperados de Prejuízo:

	2º Semestre		Exercício	
	2020	2020	2020	2019
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	525	721	2.148	
Cartão de crédito	72	152	345	
Capital de Giro	270	270	123	
Desconto	–	9	–	
Total	867	1.152	2.616	

9. Outros créditos diversos

	2020	2019
Créditos tributários (Nota 9a)	55.455	34.198
Impostos e Contribuições a compensar	3	–
Adiantamento para pagamento de nossa conta	37	80
Adiantamentos e antecipações salariais	31	1
Pagamentos a ressarcir	–	139
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7a e 7g)	626	820
Devedores diversos no País (ii)	1.343	2.574
Rendas a receber	–	20
(-) Perdas esperadas (Nota 7a)	(120)	(6)
(-) Perdas esperadas	(499)	(499)
Total	56.876	37.327
Circul		

... continuação					Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento				
Descrição	Saldo 31/12/2019	Constituições/ Reversões	Realizações	Saldo 31/12/2020	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019		
Diferenças temporárias									
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32.422	34.254	14.164	52.512					
Provisão para desvalorização de BNDU	1.142	1.072	23	2.191					
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	435	238	120	553					
Provisão para outros credores	199	-	-	199					
Total	34.198	35.564	14.307	55.455					
Diferenças temporárias									
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19.929	19.341	6.848	32.422					
Provisão para desvalorização de BNDU	1.711	196	765	1.142					
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	375	171	111	435					
Provisão para outros credores	-	199	-	199					
Total	22.015	19.907	7.724	34.198					
Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 4.482. A compensação depende da natureza do crédito gerado. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:									
Diferenças Temporárias					Exercício 2020				
	Exercício 2020		Exercício 2019		Exercício 2020		Exercício 2019		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	
2020	-	-	2020	5.674	3.404				
2021	14.325	8.595	2021	12.408	7.445				
2022	9.889	5.934	2022	1.049	629				
2023	1.758	1.055	2023	222	133				
2024	638	383	2024	372	223				
2025	1.774	1.064	2025	244	146				
+ 5 anos	6.276	3.765	+ 5 anos	1.405	1.652				
Total	34.660	20.796	Total	21.374	12.824				
A Administração, com base nas suas projeções de resultados refletidas no estudo técnico aprovado, entende que irá auferir resultados tributáveis em mais de cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente dos créditos tributários é estimado em R\$ 45.768 (R\$ 28.389 em 2019), sendo utilizada a taxa média de captação do período.									
10. Depósitos e recursos de aceites cambiais									
	2020		2019		2020		2019		
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	
Até 3 meses	10.930	19.820	8.872	30.454					
De 3 a 12 meses	34.650	73.714	15.727	191.882					
Acima de 12 meses	236.819	255.394	51.466	282.216					
Total	282.399	348.928	76.065	504.552					
(*) Do saldo de R\$ 282.399 (R\$ 76.065 em 2019) o montante de R\$ 41.047 (R\$ 64.720 em 2019) refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 125,52 % do DI (Depósito Interfinanceiro) e o montante de R\$ 26.229 (R\$ 11.345 em 2019) refere-se à captação com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (FGC – DPGE II), com taxa média de 107,00 % do DI (Depósito Interfinanceiro); (**) O montante de R\$ 348.928 (R\$ 504.552 em 2019) refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 122,11 % do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No semestre houve despesa com operações de captação no mercado no montante de R\$ 15.519 (R\$ 27.736 em 2019), no exercício R\$ 32.551 (R\$ 24.845 em 2019).									
11. Outras obrigações – a) Fiscais e previdenciárias									
	2020		2019		2020		2019		
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	5.726	8.325							
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	166	54							
Impostos e contribuições sobre salários	205	251							
Imposto sobre Juros sobre capital próprio	-	795							
Outros	397	477							
	6.494	9.902							
b) Dívidas Subordinadas	2020		2019		2020		2019		
Letras Financeiras Subordinadas – LFSN (i)	20.519	19.858							
Não circulante	20.519	19.858							
(i) Em 30 de outubro de 2015 realizamos a emissão de 10 Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), totalizando R\$ 10 milhões, com a intenção de aloca-las como Capital Nível II para fins de apuração dos limites operacionais impostos pelo BACEN e especificados no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). O ato aprovado pelo BACEN, em 15 de dezembro de 2015. Título renovado em 25/07/2019, com vencimento em 25/07/2029.									
c) Diversas									
	2020		2019		2020		2019		
Provisão para pagamentos a efetuar	809	1.201							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 12b)	1.685	1.087							
Parcelado lojaista	133	289							
Saldos a ressarcar aos portadores de cartão (Nota 7g)	310	342							
Credores diversos – País	3.803	3.300							
	6.740	6.219							
Circulante	5.055	5.389							
Não circulante	1.685	830							
12. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais – a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.									
b) Processos judiciais classificados como perdas prováveis e obrigações legais: b.1) Provisões trabalhistas e previdenciárias: São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R\$ 1.685 (R\$ 830 em dezembro de 2019) relativos a provisões para cobertura de riscos trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Sociedade. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos; b.2) Provisões cíveis: São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Consignado e Cartões sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. São efetuadas análises									
A Administração					Yitiro Nishikawa – Contador CRC 1SP 111.488/O-6				
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras									
Aos Administradores e Acionistas da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento									
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Respon-									
sabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar									
esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude									
... continua ...									

... continuação

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu Guilherme Jorge Dagli Júnior
Audidores Independentes Contador
 CRC nº 2 SP 011.609/O-8 CRC nº 1 SP 223.225/O-0 **Deloitte.**

Bril Cosméticos S.A.

CNPJ nº 12.867.391/0001-25

Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)				
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019	2020		2019	
Circulante			Circulante			Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	152	299	Fornecedores	133	155	Lucro (prejuízo) do exercício			
Aplicações financeiras	-	366	Empréstimos e financiamentos	-	38	(19.085) (1.285)			
Contas a receber de clientes	-	-	Obrigações trabalhistas	-	-	Despesas (receitas) que não afetaram o caixa e equivalente de caixa:			
Estoques	-	-	Obrigações fiscais e tributárias	9	13	Depreciação e amortização			
Tributos a recuperar	729	694	Provisões diversas	2	3	3.453 3.453			
Despesas antecipadas	-	-	Outras contas a pagar	-	-	Perda ao valor recuperável (Intangíveis)			
Outros ativos	-	-	Total do passivo circulante	144	209	Provisão para créditos de liquidação duvidosa			
Total do ativo circulante	882	1.359	Não circulante			60 60			
Não circulante			Empréstimos e financiamentos	-	-	Ajuste ao valor presente de clientes			
Aplicações financeiras	-	-	Partes relacionadas	-	-	Provisão contingências			
Contas a receber	-	-	Provisão para IRPJ/CSLL	43.054	44.443	(69) 13			
Depósitos judiciais	95	66	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	61	130	(15.641) 2.241			
Partes relacionadas	30.871	48.168	Total do passivo não circulante	43.116	44.573	Redução/(aumento) nas contas dos ativos e passivos:			
Imobilizado	164.983	167.845	Patrimônio líquido			Contas a receber			
Intangível	57	58	Capital social	74.639	92.550	(60) 339			
Total do ativo não circulante	196.006	216.137	Reservas de reavaliação	21.996	24.096	Impostos a recuperar			
Total do ativo	196.006	216.137	Ajuste de avaliação patrimonial	60.790	61.385	(36) (166)			
	196.888	217.496	Prejuízos acumulados	(2.623)	(4.035)	Outros ativos			
			Resultado do exercício corrente	(1.175)	(1.283)	Fornecedores			
				153.628	172.714	(30) (28)			
				196.888	217.496	Obrigações trabalhistas			
						(1.392) (1.461)			
						Partes relacionadas			
						17.297 (10.344)			
						Provisões diversas			
						(2) 3			
						Outras contas a pagar			
						15.756 (11.623)			
						Fluxo de caixa (aplicado nas)			
						provenientes das atividades operacionais			
						115 (9.382)			
						Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
						Adição ao ativo imobilizado			
						2 11			
						Baixa ao ativo imobilizado			
						(591) (727)			
						Aplicações em títulos e valores mobiliários			
						366 11.293			
						Fluxo de caixa (aplicado nas)			
						provenientes das atividades de investimento			
						(223) 10.577			
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
						Pagamentos de empréstimos e financiamentos			
						(38) (917)			
						Fluxo de caixa (aplicado nas)			
						provenientes das atividades de financiamento			
						(38) (917)			
						Aumento/(redução) no caixa e equivalentes			
						(147) 278			
						Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa			
						299 21			
						Saldo final de caixa e equivalentes de caixa			
						152 299			
						Aumento/(redução) no caixa e equivalentes			
						(147) 278			
						Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)			
						2020 2019			
						Lucro ou Prejuízo do exercício			
						(1.174) (1.284)			
						Outros resultados abrangentes com efeito patrimonial:			
						- -			
						Resultado abrangente total do exercício, líquido de impostos			
						(1.174) (1.284)			

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objeto social a importação, exportação e comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria, o licenciamento oneroso de marcas de sua propriedade a terceiros e participação em outras sociedades, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. A Companhia é diretamente controlada pela Bombril S/A o qual têm como atividade principal a produção e comercialização de produtos de higiene e limpeza para consumo doméstico e industrial. **Reorganização da estrutura societária:** Em 27 de setembro de 2019, a Companhia concluiu o plano de reestruturação societária aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2017, cujos objetivos foram a racionalização e simplificação de processos, redução de custos e gestão eficiente da estrutura societária do Grupo Bombril. O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é

Notas Explicativas
 R\$ 59.549.546,41 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), representado por 33.000.500 (trinta e três milhões e quinhentas) ações. **Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras anuais foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2021. **2. Base de preparação e mensuração das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") que estão em conformidade com as normas

internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

A Diretoria
Contador: Felipe Victório Guedes - CRC SP293932

Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.

CNPJ/MF nº 24.011.952/0001-79

Balancos Patrimoniais					Demonstrações do Resultado					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado)				
Ativos	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Circulantes	3.556	2.785	15.745	8.228	Receita líquida	-	-	-	-	-	Capital social	80.431	1.054	6.448
Caixa e equivalentes de caixa	1	9	44	1.676	Custo da geração de energia elétrica	-	-	(33.804)	37.492	-	Reserva legal	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4	1	11.552	2.843	Lucro bruto	-	-	(23.139)	(18.723)	-	Reserva (prejuízos) acumulados	-	-	-
Contas a receber	-	-	3.191	3.102	Lucro líquido (prejuízo) operacional	(3.029)	2.797	10.131	18.354	-	Total	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	11	52	107	Resultado financeiro						Saldo em 31/18/2018	80.431	1.054	6.448
Dividendos a receber	3.539	2.763	-	-	Receitas financeiras	1	2	266	777	-	Prejuízo do exercício	-	-	-
Outros ativos	1	1	906	500	Despesas financeiras	(5.716)	(5.291)	(18.130)	(20.297)	-	Absorção de reserva de lucros	-	-	(2.492)
Não circulantes	115.040	125.500	284.245	297.237	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(8.744)	(2.492)	(7.733)	(1.166)	-	Distribuição de dividendos	-	-	(1.473)
Caixa Restrito	-	-	554	2.514	IRPJ e contribuição social					-	(R\$0,01831 por ação)	-	-	(1.473)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	9.642	7.382	Correntes	-	-	(1.011)	(1.326)	-	Saldo em 31/12/2019	80.431	1.054	2.483
Contas a receber	-	-	3.004	3.213	Prejuízo do exercício	(8.744)	(2.492)	(8.744)	(2.492)	-	Prejuízo do exercício	-	-	-
Partes relacionadas	1.504	1.500	-	-	Média ponderada de ações					-	Absorção de reserva de lucros	-	-	(1.054)
Ações preferenciais resgatáveis	34.826	38.935	-	-	integralizadas – em milhares	80.704	80.704			-	Distribuição de dividendos	-	-	(2.483)
Investimentos	78.710	85.065	-	-	Prejuízo por ação (em reais – R\$)	(0,10835)	(0,03088)			-	(R\$0,01831 por ação)	-	-	(2.483)
Imobilizado	-	-	270.777	283.835	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Intangível	-	-	268	293	Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Total dos ativos	118.596	128.285	299.990	305.465	Prejuízo do exercício	(8.744)	(2.492)	(8.744)	(2.492)					
Passivos e patrimônio líquido					Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:									
Circulantes	1.224	696	14.130	10.530	Depreciações e amortizações	-	-	13.432	13.331					
Fornecedores	34	33	516	357	Apropriação de juros sobre arrendamentos	-	-	247	144					
Empréstimos e financiamentos	-	-	8.940	7.639	Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.596	5.205	17.652	19.737					
Debêntures	1.187	661	1.187	661	Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	49	41	49	41					
Arrendamentos	-	-	25	22	Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	-	(2)	(266)	(777)					
Dividendos a pagar	-	-	-	-	Resultado de equivalência patrimonial	2.932	(2.831)	-	-					
Obrigações trabalhistas	-	-	23	19	Varição de ativos e passivos operacionais:									
Obrigações tributárias	3	2	659	921	Contas a receber	-	-	120	(2.726)					
Outros passivos	-	-	2.780	911	Impostos a recuperar	-	-	55	78					
Não circulantes					Outros ativos	-	-	10	(406)					
Empréstimos e financiamentos	-	-	164.966	163.884	Fornecedores	1	(2)	159	(757)					
Partes relacionadas	-	-	-	-	Obrigações trabalhistas	-	-	4	9					
Debêntures	44.631	43.621	44.631	43.621	Obrigações tributárias	2	(1)	818	1.084					
Arrendamentos	-	-	2.368	2.324	Outros passivos	-	-	1.885	198					
Outros passivos	-	-	1.154	1.138	Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(3.473)	(3.435)	(9.647)	(17.475)					
Total dos passivos não circulantes	44.631	43.621	213.119	210.967	Pagamento de IRPJ e contribuição social	-	-	(1.080)	(1.326)					
Patrimônio líquido	72.741	83.968	72.741	83.968	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(3.637)	(3.507)	14.278	9.605					
Capital social	80.431	80.431	80.431	80.431	Diretoria: Carlos Andre Arato Bergamo									
Reserva legal	-	-	1.054	1.054	Contadora: Regina Dorea de Santana – CRC 1SP 212.769/O-4									
Reserva de Lucros (prejuízos acumulados)	(7.690)	2.483	(7.690)	2.483										
Total dos passivos e do patrimônio líquido	118.596	128.285	299.990	305.465										
Demonstrações do Resultado Abrangente														
	2020	2019	2020	2019										
Prejuízo do exercício														